

Brasil precisa pedir US\$ 3 bi este ano, prevê Sayad

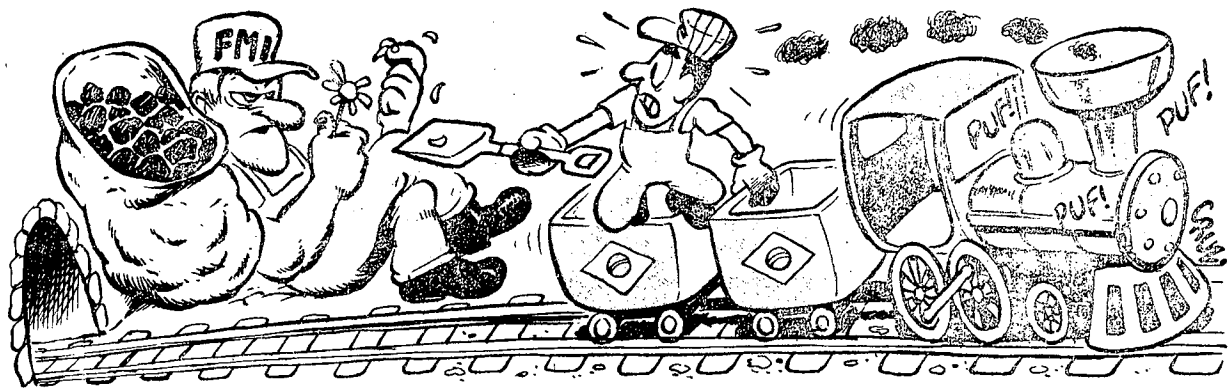
BRASÍLIA — Um acordo com os bancos credores sobre a dívida externa, que não contemple este ano a entrada de "dinheiro novo" — (**new money**) — levará o País a perder reservas internacionais brutas da ordem de US\$ 1,1 bilhão, segundo estimativa que consta de documento que circula reservadamente, no Ministério do Planejamento. O estudo insiste na necessidade de dinheiro novo este ano, citando a cifra de US\$ 3 bilhões.

Se o Brasil não contar com **new money** em 85, o caixa do Banco Central deverá diminuir de US\$ 7,5 bilhões, em 31 de dezembro do ano passado, para US\$ 6,4 bilhões, em 31 de dezembro próximo, enquanto as reservas líquidas (haveres das autoridades monetárias menos as suas obrigações de curto prazo e obrigações junto ao Fundo Monetário Internacional) cairão de US\$ 4,2 bilhões para apenas US\$ 2,5 bilhões), de acordo com os dados do estudo.

O documento do Ministério do Planejamento afirma que, "este nível de reservas é insuficiente para um País em processo de renegociação de sua dívida externa e não deveria, em hipótese alguma, ser passivamente aceito pelo Brasil". Para o Planejamento, "a manutenção de reservas internacionais em níveis compatíveis com a realidade econômica de um país, constitui instrumento básico de defesa da soberania nacional".

Destaca o estudo que "qualquer renegociação soberana, tanto com os bancos credores como com o FMI, deverá estar calçada em sólida posição de reservas internacionais". Pois, caso contrário, "o País, sob pressão de uma crise cambial latente, poderá ser obrigado a aceitar esquemas e termos inadequados aos seus interesses".

A obtenção de dinheiro novo dos bancos ainda em 85, ao evitar a erosão das reservas, "permitiria a manutenção de uma posição cambial mais estável e habilitaria o Brasil a



realizar futuras negociações externas com maior independência e autonomia", diz o documento. Propõe-se, então, a obtenção de US\$ 3 bilhões — de **new money** ainda este ano.

Esses US\$ 3 bilhões —, segundo o documento do Ministério do Planejamento, "permitiria a simples manutenção do valor real" (tomando-se por base a inflação dos Estados Unidos) da dívida do Brasil, junto ao Mercado Bancário Internacional e implicaria ainda assim na redução do "expoure" (relação entre empréstimo e o capital dos bancos) relativa dos bancos, já que a base de capital próprio cresce a taxas superiores à inflação associada ao dólar".

A estimativa do Ministério do Planejamento de que, a não obtenção de dinheiro novo vai representar uma queda nas reservas internacionais do País, é frontalmente contrária a expectativa manifestada pelo Presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara, sobre o Sistema Financeiro, Lemgruber disse que o comportamento das contas externas do País garante que o Brasil continuará pagando normalmente, os juros da dívida sem risco de queda nas reservas cambiais.

Com essa posição, o Presidente do Banco Central, descartou a necessidade de capitalização parcial dos juros (obtenção de dinheiro novo),

que, a seu ver, "só traria o aumento da dívida e o comprometimento das gerações futuras". Lemgruber não acredita na necessidade de dinheiro novo, nem mesmo para compensar a suposta queda no ingresso de investimentos externos e, de recursos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

O documento do Ministério do Planejamento critica também, o acordo plurianual proposto ao Brasil pelos bancos credores, que prevê a consolidação da dívida externa que vence no período de 1985 a 1991. O esquema que está sendo negociado pelo Presidente do Banco Central deverá renegociar débitos no valor de US\$ 45,3 bilhões, com prazo de pagamento de 16 anos e — sete anos de carência.

Para o Ministério do Planejamento, esse acordo plurianual "imporá ao País um ritmo acelerado de transferência líquida de recursos para o mercado bancário internacional", uma vez que não contempla a obtenção de dinheiro novo no período de 1985 a 1991. E que antes se calculavam os juros incluindo a inflação e, agora ficaram com seus valores reais.

O estudo do Ministério do Planejamento conclui afirmando que, um nível de transferência dessa ordem representaria uma redução da dívida junto aos bancos comerciais em torno de 36 por cento no período de 1985 a 1991, em termos reais, ou de 12,5 por cento em termos nominais.

PROJEÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS PARA DEZEMBRO DE 1985

	US\$ BILHÕES
1. Reservas Internacionais Líquidas em 31/12/84	4,2
2. Variação das Reservas Líquidas (2.1 + 2.2)	— 1,7
2.2 Resultado Global do Balanço de Pagamentos	— 2,1
2.2 Monetização de Ouro	0,4
3. Reservas Internacionais Líquidas em 31/12/85 (1 + 2)	2,5
* Haveres externos das autoridades monetárias menos obrigações a curto prazo das autoridades monetárias e obrigações junto ao FMI.	

PROJEÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS BRUTAS PARA DEZEMBRO DE 1985

	US\$ BILHÕES
1. Caixa do Banco Central em 31/12/84	7,5
2. Variação de Haveres	— 1,1
3. Caixa do Banco Central em 31/12/85 (1 + 2)	6,4
	22.05.85